

A anatomia de um bom prompt jurídico (a estrutura que separa o amador do profissional)

Sérgio Longo 16 de junho de 2026 ⌚ 5 min de leitura

Semana passada escrevi sobre os 5 erros que mais vejo advogados cometerem com IA. O primeiro deles — tratar a ferramenta como um buscador — foi o que mais gerou mensagens na DM. A pergunta que mais recebi foi a mesma, repetida de formas diferentes: "Tá, Sérgio, mas então como eu falo com a IA do jeito certo?"

A resposta cabe numa palavra: prompt. E o problema, de novo, não é a ferramenta. É o método de conversar com ela.

Um prompt é simplesmente a instrução que você dá à inteligência artificial. Mas existe um abismo entre "resume esse contrato" e um comando bem construído. O primeiro devolve um texto genérico que você vai reescrever do zero. O segundo devolve algo que parece ter sido feito por um advogado que conhece o caso. A diferença não está na inteligência da máquina — está na qualidade da sua instrução.

Depois de testar isso em centenas de tarefas reais de escritório, cheguei a uma estrutura de cinco partes que funciona para quase tudo no Direito. Não precisa decorar. Precisa entender a lógica.

Parte 1: Papel

Comece dizendo à IA quem ela é. "Você é um advogado especialista em Direito do Consumidor com vinte anos de experiência em ações contra companhias aéreas." Parece bobagem, mas não é. Ao definir um papel, você ativa na IA o vocabulário, o tom e o repertório técnico daquela especialidade. O mesmo modelo responde de forma muito mais precisa quando sabe de que cadeira está falando. É a diferença entre perguntar algo a um desconhecido na rua e perguntar ao colega certo do corredor.

Parte 2: Contexto

Aqui está o erro número um de novo, agora pela porta da frente. A IA não conhece o seu caso. Você precisa apresentá-lo: os fatos relevantes, quem são as partes (anonimizadas, sempre), o que já aconteceu no processo, qual é o objetivo. Pense no estagiário brilhante que acabou de chegar ao escritório — competente, mas zero contexto. Quanto mais você entrega de matéria-prima, menos a IA precisa inventar. E quando ela não precisa inventar, ela não alucina.

Parte 3: Tarefa

Seja cirúrgico no que você quer. Não peça "me ajuda com isso". Peça "elabore os tópicos da fundamentação jurídica para a tese de responsabilidade objetiva do fornecedor". Verbos claros — resuma, compare, identifique, estruture, redija, liste — produzem resultados claros. Quanto mais vago o pedido, mais genérica a entrega. A IA é literal: ela faz exatamente o que você pediu, então peça exatamente o que você quer.

Parte 4: Formato

Diga como você quer receber. Em tópicos ou em prosa corrida? Uma tabela comparando as cláusulas? Um texto de três parágrafos para enviar ao cliente? Uma linha do tempo? Especificar o formato economiza a etapa de reformatar tudo depois. Se você vai colar o resultado numa petição, peça em prosa. Se vai usar para decidir, peça uma tabela. O formato certo na origem é tempo que você não gasta no fim.

Parte 5: Restrições

Por último, as regras do jogo. "Não cite jurisprudência que você não tenha certeza que existe." "Use linguagem formal, mas acessível." "Limite a 300 palavras." "Se faltar informação para responder, me pergunte antes de prosseguir." Essa última instrução é poderosa: ela autoriza a IA a admitir lacunas em vez de preencher com invenção. É uma das melhores travas de segurança contra a alucinação que tanto preocupa quem trabalha com Direito.

Juntando tudo

Veja a diferença na prática. O prompt amador: "resume esse processo". O prompt profissional: "Você é um advogado trabalhista experiente. Vou colar um processo de 120 páginas, com as partes já anonimizadas. Resuma em uma página, separando: fatos, pedidos do reclamante, principais provas e o estado atual. Use prosa corrida, linguagem objetiva. Se algum ponto estiver ambíguo no documento, sinalize em vez de supor."

O segundo não é mais difícil de escrever. Levou trinta segundos a mais. Mas devolve um resultado que você revisa e usa, em vez de um rascunho que você joga fora. Essa é a economia real: não é a IA escrever por você, é a IA escrever tão perto do alvo que a sua revisão vira ajuste fino, não reconstrução.

E aqui vale a regra de ouro que repito sempre: a IA redige, o advogado valida. Um bom prompt aumenta drasticamente a qualidade da primeira versão — mas a responsabilidade pela peça continua sendo, sempre, sua. Todo julgado citado se confere na fonte. Todo argumento passa

pelo seu filtro técnico. O prompt bem feito não substitui o seu juízo; ele libera o seu tempo para que você o exerça onde realmente importa.

O que muda quando você domina isso

Quando o advogado aprende a estruturar comandos, a relação com a IA muda de natureza. Ela deixa de ser um corretor de texto ocasional e vira uma extensão da sua capacidade de trabalho — alguém que lê 800 páginas enquanto você toma um café, que compara cinco versões de contrato apontando cada alteração, que estrutura a cronologia de um caso complexo em minutos. Tudo sob a sua supervisão, tudo dentro do seu método.

Repare que, mais uma vez, não falamos de tecnologia. Falamos de método. A ferramenta é a mesma para todo mundo. O que separa quem perde tempo de quem ganha dez horas por semana é saber conversar com ela.

É exatamente isso que ensino nas minhas mentorias e treinamentos de IA para advogados e empresas: não os botões da ferramenta, mas o método de uso seguro, ético e produtivo — sem tecniquês.